

Zimbra

cpl@tre-pi.jus.br

---

**Re: Esclarecimento Pregão Eletrônico Nº 31/2021**

---

**De :** Comissão Permanente de Licitação <cpl@tre-pi.jus.br>

qua, 08 de set de 2021 13:28

 3 anexos

**Assunto :** Re: Esclarecimento Pregão Eletrônico Nº 31/2021

**Para :** juliano <juliano@agentti.com.br>

Boa tarde!

A aquisição foi frustrada porque a empresa vencedora da licitação não conseguiu entregar o produto contratado.

Segue decisão do Presidente do Tribunal proferida no Processo SEI 0016895-24.2019.6.18.8000.

att

Sidnei Antunes Ribeiro  
Seção de licitações e Contratações  
(86) 2107-9765

---

**De:** "juliano" <juliano@agentti.com.br>

**Para:** "cpl" <cpl@tre-pi.jus.br>

**Enviadas:** Quarta-feira, 8 de setembro de 2021 11:34:05

**Assunto:** Esclarecimento Pregão Eletrônico Nº 31/2021

Prezada Comissão;

Analisando o Pregão Eletrônico **Nº 31/2021** verificamos que consta, no item 2 (Justificativa da aquisição) do Termo de Referência (nº 70/2021), uma menção que este órgão já tentou realizar esta aquisição e a tentativa foi frustrada. E complementa fazendo referência a números de pregão (0002524-55.2019.6.18.8000) e execução (0016895-24.2019.6.18.8000), as quais não consegui localizar no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Gostaria de ter um melhor detalhamento destas duas referências (0002524-55.2019.6.18.8000 e 0016895-24.2019.6.18.8000). Seria possível enviar estes detalhamentos?

Desde já, obrigado!

Abs,



**Juliano Tonellotto**  
Executivo Comercial  
[juliano@agentti.com.br](mailto:juliano@agentti.com.br)  
Fone (48) 99168-6040



**SEI\_TRE-PI - 1151615 - Parecer.pdf**

304 KB



**SEI\_TRE-PI - 1151629 - Decisão.pdf**

265 KB

---



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Praça Desembargador Edgard Nogueira. S/Nº - Centro Cívico - Bairro Cabral - CEP 64000920 - Teresina - PI - <http://www.tre-pi.jus.br>

**PROCESSO** : 0016895-24.2019.6.18.8000  
**INTERESSADO** : selic  
**ASSUNTO** : liberação do compromisso

Parecer nº 4684 / 2020 - TRE/PRESI/DG/ASSDG

**Exmo. Sr. Des. Presidente,**

Rememorando, cuidam estes autos de **pedido formulado, em 27/11/2019, pela empresa PRIMEIRO TIME INFORMÁTICA LTDA - EPP de substituição do modelo B6510 pelo modelo B6505 do equipamento Switch SAN 24p-Tipo3, da marca LENOVO, objeto da Ordem de Fornecimento nº 45/2019 e do Contrato TRE-PI nº 54/2019, decorrente da Ata de Registro de Preço nº 33/2019, originária do Procedimento Licitatório nº 27/2019.**

Inicialmente, o referido pleito foi indeferido pela Administração Superior, conforme decisão de doc. nº0874015, proferida em **19/12/2019**. No entanto, em 27/12/2019, a empresa apresentou o pedido de reconsideração de doc. nº 877578, o qual foi acolhido pelo Presidente, **apenas em 15/05/2020, autorizando-se a substituição do equipamento Switch SAN 24p-Tipo3, da marca LENOVO, do modelo B6510 pelo modelo B6505, com o fito de atender a Ordem de Fornecimento nº 45/2019, concedendo o prazo de 45 para a entrega, contado da notificação.**

Notificada em **21/05/2020**, a empresa impetrou novo requerimento, em **23/06/2020**, solicitando, desta feita, a **liberação do compromisso assumido em razão da Ata de Registro de Preço nº 33/2019, sem aplicação de penalidade, com fundamento na pandemia do novo coronavírus, que impactou diretamente as atividades econômicas em todo mundo, aliado ao final da produção do equipamento contratado.**

Em atenção à diligência da Assessoria Jurídica da SAOF (doc. nº1085218), a **Seção de Infraestrutura** presta as seguintes informações:

- o fabricante notificou a empresa em **31/10/2019** acerca do fim de vida do equipamento, sendo o **dia 28/02/2020 a data limite para pedidos** e o dia 30/04/2020 a última data de envio do produto;

- a impossibilidade de atestar a variação dos preços alegados pela fornecedora entre a data da licitação, em outubro/2019 e a data do fornecimento, em junho/2020;
- ainda há interesse em adquirir o equipamento switch SAN 24p-Tipo 3.

Instada a se manifestar, a **Assistência Jurídica da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças** manifesta-se pelo indeferimento do pleito da contratada de liberação do compromisso assumido sem aplicação de penalidade. Verificando indícios de descumprimento contratual, sugere a remessa dos autos a comissão de sindicância, bem como propõe a rescisão unilateral da avença, com fulcro na cláusula nona do CT nº 054/2019 c/c art.78, I, da Lei nº 8.666/93. Sugere o cancelamento do empenho e a convocação do cadastro de reserva para fornecimento do bem.

Por sua vez, a **Seção de Licitações** atesta que não houve a formação de cadastro de reserva para o pregão em comento, bem como acosta a minuta do termo de rescisão de doc. nº 1130448.

A **Assistência Jurídica da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças** aprova a minuta acostada aos autos.

A Sra. Secretária de Administração, Orçamento e Finanças **endossa** os pareceres da sua Assistência Jurídica, subscrevendo-o.

Por fim, a **Coordenadoria de Controle Interno** opina pela efetivação da rescisão unilateral do Contrato TRE-PI nº 54/2019 com esteio no art. 78, I da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Nona do aludido contrato, bem como pela anulação total do empenho constante no doc. SEI nº 855125, com fulcro nas disposições da Lei nº 4.320/64. Defende também que os autos devem ser enviados para a Comissão Permanente de Sindicância para apuração de responsabilidade da contratada, garantindo-lhe o contraditório e a mais ampla defesa.

Eis o relato dos fatos. Manifestamo-nos.

Primeiramente, impende destacar que a empresa formulou o primeiro requerimento tempestivamente, em **27/11/2019**, dentro do prazo originalmente concedido para a entrega, solicitando a substituição **do modelo B6510 pelo modelo B6505 do equipamento Switch SAN 24p-Tipo3, da marca LENOVO, com o fim de atender a Ordem de Fornecimento nº 45/2019.**

Inicialmente, referido pleito foi indeferido em **19/12/2019**. Inconformada, a empresa apresentou pedido de reconsideração em **27/12/2019** (antes da pandemia, a qual se iniciou em março/2020), o que levou a Administração Superior a rever sua decisão anterior, **autorizando, apenas em 15/05/2020** (cinco meses depois e já em meio a pandemia), a substituição do modelo B6510 pelo modelo B6505 do equipamento solicitado, bem como a concessão de novo prazo de 45 dias para entrega.

**Tomando ciência da decisão em 21/05/2020, a empresa, mais uma vez, tempestivamente, em 23/06/2020 (dentro do prazo concedido para a entrega dos bens) apresentou outro requerimento, desta vez, visando a liberação do compromisso assumido sem a aplicação de penalidade, sob a alegação de que a pandemia do covid 19 afetou diretamente o preço do bem licitado, bem como destacando que o equipamento foi descontinuado pelo fabricante.**

De fato, é do conhecimento de todos a drástica alteração no cenário econômico mundial decorrente da pandemia do coronavírus. Referida crise insere-se no contexto de imprevisibilidade ou imensurabilidade e afeta a situação de muitas empresas contratadas pelo Poder Público, na medida em que se majoram seus custos e/ou retardam seus fornecimentos.

Visando conter a propagação do vírus, os governos estão determinando medidas de isolamento social, com consequente suspensão das atividades econômicas consideradas não essenciais, o que repercute diretamente nos contratos administrativos em execução.

**Tal contexto, por si só, sinaliza no sentido da alteração do que foi originalmente pactuado, seja prorrogando o prazo de execução do ajuste, seja revendo o valor contratado, seja liberando o fornecedor do compromisso assumido, tudo a depender do fatos apresentados pelo contratado.**

**Quanto a alegação de descontinuidade do equipamento, impende destacar que a comunicação do fabricante se deu em 31/10/2019, no entanto, a fábrica aceitaria pedidos até o dia 28/02/2020, conforme se infere do doc. nº 1087238. Dessa forma, quando a empresa impetrou o recurso contra a primeira decisão, em 27/12/2019, ela já tinha conhecimento de que o equipamento seria descontinuado, porém também estava ciente de que teria até o dia 28/02/2020 para apresentar à fábrica o pedido de fornecimento do bem. Ocorre que a decisão administrativa deferindo o recurso somente foi prolatada em 15/05/2020, cinco meses depois e já em meio a pandemia.**

Da análise cronológica dos fatos, infere-se que, caso a decisão administrativa houvesse sido prolatada antes do dia 28/02/2020, a empresa poderia ter cumprido regularmente a sua obrigação, vez que teria tido tempo hábil para contactar a fábrica acerca do fornecimento pretendido, a qual estaria em pleno funcionamento, vez que a pandemia ainda não tinha se iniciado no país.

No entanto, em meados de março/2020 estourou a pandemia do coronavírus, com o fechamento das fábricas e isolamento social, o que modificou significativamente a cadeia de produção e o preço dos produtos, em especial os importados, mostrando-se, s.m.j, demasiadamente penoso para a empresa a manutenção das obrigações assumidas ainda em outubro/2019, vez que a realidade vivenciada, quando do efetivo cumprimento da obrigação, em junho/2020, mostrava-se bem adversa.

Do exposto, entendemos que resta devidamente comprovada a impossibilidade do atendimento da ordem de fornecimento nos termos inicialmente acordados, por razões alheias à vontade da contratada, qual seja, descontinuidade da produção do equipamento pelo fabricante aliada a pandemia do coronavírus.

Assim, devidamente instruídos os presentes autos, somos pelo deferimento do pleito da empresa **PRIMEIRO TIME INFORMÁTICA LTDA – EPP** de liberação do compromisso assumido em razão da Ata de Registro de Preço nº 33/2019 c/c Ordem de Fornecimento nº 45/2019, sem aplicação de penalidades, com base no art. 21, II, do Decreto

**7892/2013.**

Ademais, somos pela **rescisão unilateral do Contrato TRE-PI N° 54/2019, com fundamento no art. 78, XVII c/c art. 79, I da Lei n° 8666/93, nos termos da minuta acostada aos autos (doc. n° 1130448) desde que retificada a fundamentação legal, sendo desnecessária a rescisão da ARP n° 33/2019, vez que sua vigência já expirou em 30/10/2020.**

**Somos ainda pela anulação total do empenho no valor de R\$ 198.154,00 (cento e noventa e oito mil cento e cinquenta e quatro reais), expedido em prol da requerente, devendo-se observar o disposto no art. 38 da Lei n° 4.320/64.**

**Por fim, considerando que ainda há interesse da SEINF na aquisição do equipamento Switch, entendemos que deverá o mesmo ser incluído nos processos futuros de licitação, observada a disponibilidade orçamentária.**

À consideração e decisão de Vossa Excelência.

Teresina, 13 de dezembro de 2020.

**Maira Chaves Lages Watkins**

Assistente da Diretoria-Geral

De acordo.

**Márcia Valéria de Araújo Ferreira Rebelo Sampaio**

Assessora Jurídica da Diretoria-Geral

Acolho o parecer da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, pelos fundamentos acima expostos.

**Rivelina Remet Rodrigues da Costa**

Diretora-Geral Substituta do TRE-PI



Documento assinado eletronicamente por **Rivelina Remet Rodrigues da Costa, Diretora(a) Geral Substituto(a)**, em 14/12/2020, às 13:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Valeria de Araujo Ferreira Rebelo Sampaio, Analista Judiciário**, em 14/12/2020, às 13:27, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Maira Chaves Lages Watkins, Técnico Judiciário**, em 15/12/2020, às 08:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1151615** e o código CRC **03E12B09**.

---

---

0016895-24.2019.6.18.8000

1151615v10





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Praça Desembargador Edgard Nogueira. S/Nº - Centro Cívico - Bairro Cabral - CEP 64000920 - Teresina - PI - <http://www.tre-pi.jus.br>

**PROCESSO** : 0016895-24.2019.6.18.8000  
**INTERESSADO** : selic  
**ASSUNTO** : liberação do compromisso

Decisão nº 3617 / 2020 - TRE/PRESI/DG/ASSDG

**Vistos etc.**

**Trata-se de solicitação formulada pela empresa PRIMEIRO TIME INFORMÁTICA LTDA - EPP, visando a liberação do compromisso assumido em razão da Ata de Registro de Preço nº 33/2019, sem aplicação de penalidade, com fundamento na pandemia do novo coronavírus, que impactou diretamente as atividades econômicas em todo mundo, aliado ao final da produção do equipamento contratado.**

Consta dos autos que a requerente formulou primeiramente, em 27/11/2019, um requerimento de substituição do modelo B6510 pelo modelo B6505 do equipamento Switch SAN 24p-Tipo3, da marca LENOVO, objeto da Ordem de Fornecimento nº 45/2019 e do Contrato TRE-PI nº 54/2019, decorrente da referida Ata de Registro de Preço nº 33/2019, o qual foi indeferimento pela Administração.

Inconformada, a empresa apresentou pedido de reconsideração em 27/12/2019 (antes da pandemia, a qual se iniciou em março/2020), o que levou a Administração Superior a rever sua decisão anterior, autorizando, apenas em 15/05/2020 (cinco meses depois e já em meio a pandemia), a substituição do modelo B6510 pelo modelo B6505 do equipamento solicitado, bem como a concessão de novo prazo de 45 dias para entrega.

Notificada da referida decisão, a empresa, tempestivamente, apresentou o presente requerimento visando a **liberação do compromisso assumido sem aplicação de penalidade.**

É fato público e notório a drástica alteração no cenário econômico mundial decorrente da pandemia do coronavírus, a qual afeta diretamente os contratos administrativos, seja majorando seus custos e/ou retardando o seu fornecimento/execução, especialmente em razão das medidas de isolamento social com consequente suspensão das atividades econômicas consideradas não essenciais.

Ademais, quanto a alegação de descontinuidade do equipamento, restou comprovado que a comunicação do fabricante se deu em 31/10/2019, no entanto, a fábrica

aceitaria pedidos até o dia 28/02/2020, conforme se infere do doc. nº 1087238. Dessa forma, quando a empresa impetrou o recurso contra a primeira decisão, em 27/12/2019, ela já tinha conhecimento de que o equipamento seria descontinuado, porém também estava ciente de que teria até o dia 28/02/2020 para apresentar o pedido de fornecimento do bem. Ocorre que a decisão administrativa deferindo o recurso somente foi prolatada em 15/05/2020, cinco meses depois e já em meio a pandemia.

Devidamente instruídos os autos, verificando que o não atendimento da ordem de fornecimento se deve a fato alheio à vontade da contratada, **acolho**, por seus próprios fundamentos, o **parecer** da Assessoria Jurídica da Diretoria, adotando-o como parte integrante do presente *decisum*, **defiro** o pleito deduzido pela empresa e **determino a liberação do compromisso assumido em razão da Ata de Registro de Preço nº 33/2019, sem aplicação de penalidades, com base no art. 21, II, do Decreto 7892/2013.**

Determino, de outra parte, a **anulação total do empenho** referente a **Ordem de Fornecimento n. 45/2020, bem como a rescisão unilateral do Contrato TRE-PI nº 54/2019, com fundamento no art. 78, XVII c/c art. 79, I da Lei nº 8666/93, nos termos da minuta acostada aos autos (doc. nº 1130448) desde que retificada a fundamentação legal.**

**Comunique-se. Cumpra-se.**

1. **Des. José James Gomes Pereira**
2. Presidente do TRE-PI



Documento assinado eletronicamente por **José James Gomes Pereira, Presidente**, em 14/12/2020, às 13:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1151629** e o código CRC **F3DEA725**.